

**Ano XX nº 5880 – 22 agosto de 2018**

**CAMPANHA SALARIAL 2018**

## **Reajuste insuficiente, com retirada de direitos, ataque as mulheres e licenciados**

O setor mais lucrativo do país apresentou novamente proposta insuficiente aos seus empregados e com retirada de direitos. Os cinco maiores bancos (BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander), que somente no primeiro semestre deste ano já ganharam R\$ 42 bilhões ou quase 18% mais que em 2017, apresentaram aos bancários um acordo com aumento real de somente 0,5%, e alteração ou exclusão de diversas cláusulas de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) como o pagamento proporcional, e não mais integral, da PLR das bancárias em licença-maternidade e de afastados por doença ou acidente .

A proposta foi rejeitada na mesa de negociação de ontem, dia 21/08. Essa foi a oitava reunião da Campanha Nacional 2018. Os dirigentes que compõem o Comando Nacional dos Bancários rejeitaram a proposta porque tem retirada de direitos e, em assembleias realizadas em todo o Brasil, a categoria já afirmou que não aceita nenhum direito a menos.

Os bancos apresentaram a redação de 71 cláusulas, mais o acordo de PLR, com alteração em várias delas. Seja por conta das regras do e-Social, supressões ou mudanças. “É um processo muito cansativo, mas os dirigentes do Comando Nacional debateram cláusula por cláusula, com o objetivo de defender e garantir todos os direitos dos bancários”, explicou Juvandia, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).



### ***Veja mais sobre a proposta dos bancos***

- Retirada do salário substituto (cláusula 5ª);
- Fim da PLR integral para bancárias em licença-maternidade e afastados por acidente ou doença (esses trabalhadores receberiam PLR proporcional ao período trabalhado);
- Querem compensar, caso percam na Justiça, as horas extras pagas como gratificação de função conforme a cláusula 11ª da CCT. Esse item não vale para os bancos públicos, que têm Plano de Cargos e Salários (PCS). A proposta foi rejeitada e o Comando quer negociar PCS para todos;
- Alteração da cláusula do vale-transporte, rejeitada porque ficaria pior do que a lei (cláusula 21ª);
- Fim da cláusula que proíbe a divulgação de ranking individual (cláusula 37ª);
- Retirada da cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade porque está na lei (cláusula 10ª);
- Querem flexibilizar o horário de almoço de 15 minutos para 30 minutos na jornada de seis horas (exceto para teleatendimento e telemarketing);
- Fim do vale-cultura (cláusula 69). Comando quer que permaneça para que o direito esteja garantido caso do governo retome o programa;
- Retirada da cláusula que garantia a homologação de rescisão contratual nos sindicatos;
- Aqui um avanço: garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado;
- Outro avanço: mantém o direito do hipersuficiente à CCT (quem ganha mais de R\$ 11.291,60);
- Mantém o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 90 dias. Os bancários querem 120 dias.